



Célio Azevedo

Parlamento do Mercosul será instalado em dezembro

A instalação do Parlamento do Mercosul está prevista para o dia 14 de dezembro, em Brasília, e significará “a verdadeira integração da América Latina”. Foi o que afirmou o presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Sérgio Zambiasi. **Página 6**

Zambiasi relata resultados de encontro em Montevideú

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.475 – Brasília, sexta-feira, 13 de outubro de 2006

O SEGUNDO TURNO EM DISCUSSÃO

Viana espera “grande debate nacional”

Oposição aponta “terrorismo eleitoral” do PT

Para Renan, eleitor não quer radicalização



Roosevelt Pinheiro

Viana comenta crescimento de Lula: “Ninguém se alimenta de ataques”



Roosevelt Pinheiro

“O país está sendo tomado por boatos mentirosos”, lamenta José Jorge



Roosevelt Pinheiro

Arthur Virgílio sugere à Justiça Eleitoral que investigue terrorismo eleitoral

A oposição denunciou uma “onda de terrorismo eleitoral” no país, a pouco mais de duas semanas do segundo turno da disputa presidencial. Os senadores Arthur Virgílio, líder do PSDB, e José Jorge, candidato a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin, acusaram os petistas de difundir informações inverídicas sobre privatização de estatais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Correios e Telégrafos, caso os tucanos vençam as eleições. Os boatos, conforme acrescentaram, incluem a suposta extinção do Bolsa Família – que eles desmentem. Mas, de acordo com o senador Tião Viana, o segundo turno das eleições é uma oportunidade para debater os grandes problemas nacionais. Ao comentar os resultados da pesquisa do Datafolha que aponta ampliação da vantagem do presidente Lula sobre Alckmin, de sete para 11 pontos percentuais, Viana observou que “ninguém se alimenta de ataques aos adversários”. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, que sugeriu uma “campanha civilizada”, o povo “não deseja a radicalização”. **Páginas 3 a 5**



Geraldo Magela

Renan (ao lado de Lula e Rebelo, cumprimentando Fernando Haddad, no Planalto) recomenda “campanha propositiva”, com debate de idéias



Proposta apresentada por Suplicy prevê a convocação de referendos por iniciativa popular e determina que seja obrigatório esse tipo de consulta para a definição de leis eleitorais

Novas regras para referendo e plebiscito em exame na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está analisando projeto que regula a realização de plebiscito, referendo e iniciativa popular (PLS 1/06), expressa no artigo 14 da Constituição. Essa regulamentação está prevista na Lei 9.709/98, mas, segundo o autor do projeto, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), as deficiências da legislação “são notórias”.

– A principal delas [das deficiências] é, sem dúvida, o fato de que esse diploma legislativo recusou ao povo soberano o poder de iniciativa em matéria de plebiscitos e referendos – afirma Suplicy, ao se referir ao artigo 49 da Constituição, que prevê ser da competência exclusiva do Congresso autorizar referendo e convocar plebiscito.

Para Suplicy, a interpretação de que tal restrição resulta da Constituição é “claramente falaciosa”, pois a soberania popular é um dos princípios fundamentais expressos na própria Carta.

No entanto, para que não restem dúvidas, o projeto deixa claro que o plebiscito deverá ser convocado pelo Congresso, mas o referendo será realizado por iniciativa popular ou, ainda, mediante requerimento de um terço dos membros de cada Casa legislativa. Pela Carta Magna, a proposta de iniciativa popular deve ser subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos



Suplicy propõe exigências menores para o eleitor subscrever um projeto de lei

de três por cento dos eleitores de cada um deles.

O projeto, que tem como relator Aloizio Mercadante (PT-SP), define quais temas podem ser objeto de plebiscito. Entre eles estão a criação, a incorporação e o desmembramento de estados e municípios, bem como a criação de territórios federais. Inclui ainda a concessão administrativa de serviços públicos e a alienação de controle de empresas estatais; a concessão administrativa para a exploração de reservatórios públicos de água; e a realização de obras públicas suscetíveis de causar grande impacto ambiental.

Referendo

Já por meio de referendo, o projeto prevê que o povo poderá se manifestar sobre a aprovação ou rejeição de emendas constitucionais, leis, acordos, convenções, tratados, protocolos internacionais ou ainda atos normativos baixados pelo Executivo. Também fica obrigatória a realização de

referendo para leis sobre matéria eleitoral cujo projeto não tenha sido de iniciativa popular.

Suplicy defende essa imposição por considerar que, na votação de leis eleitorais, “os parlamentares vêm-se, incontornavelmente, obrigados a decidir não apenas no interesse geral, mas também em causa própria”.

Pelo projeto, compete à Justiça Eleitoral fixar a data e expedir as instruções para a realização de plebiscitos e referendos, bem como anunciar o resultado final da votação. Também fica a Justiça Eleitoral encarregada de assegurar a gratuidade da divulgação, no rádio e na televisão, da propaganda sobre o assunto feita por parte dos partidos políticos, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, de confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional, bem como de associação civil registrada para atuar junto à Justiça Eleitoral.

Participação

A proposta de Suplicy reforça a iniciativa popular legislativa determinando que, para subscrever um projeto, será obrigatório apenas o nome completo, a data de nascimento e o domicílio eleitoral. Pelo artigo 252 do Regimento Interno da Câmara, também são necessários “dados identificados do título eleitoral”.

Além disso, o texto prevê que a alteração de uma lei cujo projeto seja de iniciativa popular deve ser submetida a referendo.

Motta critica política agrícola e alerta para queda na safra de trigo

Ao criticar a gestão do governo federal no que se refere à agricultura, o senador João Batista Motta (PSDB-ES) citou notícia segundo a qual a estimativa de produção de trigo para este ano – cerca de 2,5 milhão de toneladas – indica uma redução de 45,1% em relação à safra do ano passado. Ainda de acordo com a notícia, publicada pelo site G1, esse resultado seria o menor desde 2000. Esses dados teriam sido calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre as causas apontadas para a queda da safra de trigo, citadas pelo parlamentar, estão a baixa cotação do produto no mercado interno e as dificuldades de comercialização, além da restrição do crédito aos produtores e da estiagem e geadas que ocorreram neste ano.



Roosevelt Pinheiro

Motta aponta problemas como a falta de crédito e dificuldades na comercialização

– O homem do campo está falindo – afirmou.

Motta também destacou que a estimativa do IBGE para a safra agrícola do país foi reduzida de 117,4 milhões de toneladas para 116,5 milhões de toneladas. Apesar da redução na previsão, esta representaria um aumento de 3,5% em relação à colheita obtida em 2005.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão do Plenário começa às 9h

A sessão do Plenário será não-deliberativa e tem início previsto para as 9h. Sem a votação de matérias, é destinada a discursos dos senadores, comunicações da Mesa diretora, leitura de proposições e outros assuntos de interesse parlamentar. Entre os primeiros inscritos como oradores estão Marco Maciel (PFL-PE) e Aelton Freitas (PL-MG).

Benefícios da Previdência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa pauta de 29 itens, em reunião na terça-feira, às 10h. Entre os projetos está o que dispõe sobre planos de benefícios previdenciários, restabelecendo as regras asseguradas aos aposentados que permanecem ou retornam à atividade sujeita ao Regime Geral da Previdência Social.

Código Florestal na CMA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realiza reunião na terça-feira, às 11h30. Entre os nove projetos em pauta, destaca-se o que institui o novo Código Florestal, permitindo que, nas propriedades rurais, a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias e Marcos Guerra e pela senadora Heloísa Helena



“Carga tributária de 40% do PIB é uma das altas do planeta”, reclama Alvaro Dias

Alvaro: presidente eleito terá de reduzir imposto e burocracia

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o governo a ser eleito no próximo dia 29 terá de “transpor dois grandes obstáculos para permitir que o Brasil retome a trajetória de uma nação emergente viável: a carga tributária e o peso da carga burocrática”. Ele ressaltou que a carga tributária brasileira está próxima de 40% do produto interno bruto (PIB), “uma das mais pesadas do planeta”. Quanto à “carga burocrática”, ele citou o advogado tributarista Ives Gandra ao afirmar que “as esclerosadas estruturas burocráticas, multiplicadas por mais de 5.500 entidades federativas – União, estados, Distrito Federal e municípios –, sugam os recursos nacionais”.

O senador também criticou a afirmação, feita pelo presidente Lula, de que o candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, se eleito, promoverá a privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras.

– Alckmin já respondeu com contundência que não há hipótese de que isso ocorra – frisou.

Para demonstrar a estagnação da economia brasileira, o senador comparou o crescimento do país no ano passado – 2,3% do PIB, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – com o de outros países latino-americanos. Lembrou que, em 2005, a Venezuela cresceu 9% e a Argentina mais de 8%, enquanto Chile, Peru e Uruguai registraram expansão de cerca de 6%. A média de crescimento da América do Sul, destacou, foi de 5% no ano passado; e da América Latina, de 4,3%.

– Só com as reformas libertaremos o Brasil de suas estruturas caducas – disse ele.

O senador enfatizou que “a reforma política é a matriz das demais reformas, sobretudo porque necessitamos de instrumentos capazes de desestimular a corrupção que começa na campanha eleitoral e ganha dimensão na execução dos mandatos obtidos por meio do voto, muitas vezes a um preço elevado”.

Presidente do Senado afirma estar negociando com líderes uma forma de desobstruir a pauta do Plenário e votar os projetos que tratam da Lei Kandir e do Supersimples

Renan: campanha civilizada é melhor para a democracia

Na opinião do presidente do Senado, Renan Calheiros, o povo brasileiro “não deseja radicalização” na campanha eleitoral que se realiza até o segundo turno da sucessão presidencial. Ele acredita que a hora é de os candidatos apresentarem suas propostas para governar o país.

– Há um desejo da opinião pública por uma campanha civilizada, propositiva, em que cada um diga o que fez e ainda vai fazer, como vai melhorar a vida do país e das pessoas. Se esse caminho for escolhido pelos dois candidatos, será melhor para a democracia – afirmou.

Renan disse ainda que está se esforçando para que o Senado vote, na próxima terça-feira, as matérias que aguardam deliberação, entre elas, 14 medidas provisórias.

– Estamos tendo dificuldade para compatibilizar o funciona-

mento das Casas com as eleições. Mas estou conversando com os líderes para nós votarmos as medidas provisórias e tentarmos votar os projetos de lei complementar que tratam da Lei Kandir e da Lei da Pequena e Micro Empresa.

Questionado sobre as idéias do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), Renan disse que qualquer mudança nessa área tem que ser feita no âmbito da reforma tributária, já votada no Senado e que aguarda deliberação na Câmara.

– Acho que inadiável para o Brasil é essa reforma, é simplificar a legislação, aumentar a receita pelo aumento da produção e não pelo aumento de impostos.

De acordo com o presidente do Senado, a prorrogação da CPMF

precisa ser discutida num plano em que se articularia um mecanismo para que, toda vez que houvesse elevação da receita, fosse possível diminuir a carga tributária.

– A CPMF seria reflexo de tudo isso, mas dentro de uma reforma. Tratar isoladamente não dá. Essas contribuições foram criadas, não são repartidas com estados e municípios e isso fere o pacto federativo – observou.

Sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Renan disse que ele deveria ter sido votado antes da remessa do Orçamento ao Congresso.

– Como não foi possível, em função da crise política, vamos ter que votar a LDO antes da votação do Orçamento. Mas isso é possível sim. Já se fez isso em outras oportunidades e vamos fazer novamente.



Aldo, Lula e Renan durante anúncio, feito por Fernando Haddad, de medidas que visam reformular todos os níveis da educação

Governo lança pacote com novas políticas para a educação

Ao lado do presidente Lula e do presidente da Câmara, Aldo Rebelo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, fez parte da mesa que lançou na quarta-feira, no Palácio do Planalto, um pacote de medidas para reformular as políticas de educação no país. As mudanças, que visam reformular o ensino nos níveis fundamental, médio e superior, foram anunciadas pelo ministro da Educação, Fernando Haddad.

Entre as medidas está a diminuição (provocada pela eliminação dos juros) dos encargos de 9% para

3,5 % para estudantes que pagam mensalidade por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e cursam licenciatura, pedagogia, normal superior e cursos de tecnologia que constam do Catálogo Nacional de Cursos Superiores. Para os demais beneficiários do Fies, os juros foram reduzidos, baixando os encargos de 9% para 6,5%.

Haddad também anunciou o envio ao Congresso de dois projetos de lei. O primeiro amplia o financiamento à pesquisa por meio de incentivos

fiscais a entidades privadas que investem em estudos acadêmicos. O outro reformula a Coordenação de Aperfeiçoamento à Pesquisa de Ensino Superior (Capes), que passará a cuidar, em parceria com estados e municípios, do projeto Universidade Aberta do Brasil. A idéia é oferecer cursos de graduação a distância com pólos presenciais. Outra medida é a homologação de licitação para compra de material para ampliar o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) e o alcance da TV Escola.



Aelton diz que atuará em parceria com o governador Aécio Neves

Como deputado, Aelton defenderá o agronegócio

Aelton Freitas (PL-MG) agradeceu os 85 mil votos que teve em Minas Gerais, garantindo sua eleição para deputado federal. Ele anunciou que, na Câmara dos Deputados, atuará em “parceria com o governo Aécio Neves”, oferecendo apoio ao que “poderá culminar no grande projeto político para o Brasil em 2010”.

O senador ressaltou ainda que, como deputado, defenderá o agronegócio, e fez um agradecimento especial ao vice-presidente da República, José Alencar, que o apoiou na campanha eleitoral. Aelton era suplente do então senador Alencar, e assumiu quando o titular foi eleito vice-presidente.

Aelton disse ter recebido votos em 600 dos 853 municípios de Minas Gerais, com forte concentração no Triângulo, Alto Paranaíba e sul de Minas. Ele fez um balanço de seus quatro anos de mandato, e afirmou ter participado de quase todas as comissões do Senado, tendo ocupado a presidência da Subcomissão de Liquidação de Instituições Financeiras. Foi ainda relator do Estatuto do Idoso e da Lei da Agricultura Orgânica.

– Consegui a aprovação no Senado do projeto que regulamenta o sistema de consórcios e espero ver acolhido, em breve, o projeto de minha autoria que inclui 58 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba entre os beneficiários do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – disse Aelton, que foi cumprimentado por Mão Santa (PMDB-PI), Marcos Guerra (PSDB-ES), Almeida Lima (PMDB-SE), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

“As pesquisas não estão a serviço da democracia”, afirma Almeida Lima sobre levantamento do Datafolha, também analisado por Tião Viana e Arthur Virgílio

Tião Viana comenta pesquisa que dá vantagem a Lula

O senador Tião Viana (PT-AC) comentou em Plenário o resultado da pesquisa eleitoral feita pelo Instituto Datafolha e divulgada quarta-feira pelo jornal *Folha de S. Paulo*. De acordo com o levantamento, o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, ampliou de sete para 11 pontos a vantagem sobre o presidenciável do PSDB, Geraldo Alckmin, neste segundo turno da disputa.

Segundo o Datafolha, Lula oscilou de 50% para 51% desde a última pesquisa, enquanto o ex-governador paulista caiu de 43% para 40%. Considerando os votos válidos, o presidente da República oscilou de 54% para 56% e Alckmin, de 46% para 44% (ambos dentro da margem de erro, que é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos). Assim, levando-se em conta os votos válidos, a diferença entre Lula e Alckmin é de 12 pontos, a qual subiu quatro pontos desde o levantamento anterior, realizado em 6 de outubro.

Essa foi a primeira pesquisa eleitoral realizada depois do debate entre os candidatos promovido pela TV Bandeirantes no último domingo. Ela revelou que, para 43% dos que assistiram ao debate, Alckmin se saiu melhor; mas, para 41%, o vencedor foi Lula. No entanto, o ex-governador paulista perdeu mais pontos nos segmentos da população que deram mais audiência e repercussão ao evento.

– Ninguém se alimenta de ataques a adversários, por mais que o confronto de idéias faça parte do cotidiano da política. Tenho absoluto convencimento de que o presidente Lula responde à altura aos desafios que o Brasil enfrenta hoje e aos que tem pela frente – afirmou Tião Viana.

Ele disse esperar que “assuntos de interesse nacional sejam colocados na mesa no próximo debate, para que, de fato, se verifiquem o conteúdo de cada candidato e seu compromisso com os erros cometidos nos anos de gestão, tanto pelo PT quanto pelo PSDB”, e que, dessa forma, se assuma a meta de “acelerar os acertos perante a sociedade brasileira”.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), um dos coordenadores da campanha de Alckmin, respondeu dizendo que o resultado da pesquisa não o preocupa, já que ela “reflete o momento”, e que é natural que o presidente-candidato tenha a mídia a seu favor.

Cartões corporativos

Respondendo a pronunciamento anterior de José Jorge (PFL-PE), que criticou o suposto uso abusivo dos cartões corporativos pelo governo Lula, Tião Viana informou que o Tribunal de Contas da União (TCU) já realizou duas auditorias nos gastos dos cartões da Presidência da República, nos quais não foram detectadas irregularidades. Viana solicitou maiores informações ao TCU.



Almeida Lima diz que institutos de pesquisa “deixaram a máscara cair”

Almeida Lima vê “impostura” em levantamentos

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) classificou como uma impostura a divulgação de números das campanhas eleitorais por institutos de pesquisas e considerou tais órgãos instrumentos de distorção da opinião pública. Ele salientou que vários institutos “deixaram a máscara cair” com o resultado do primeiro turno para presidente da República, “mas fizeram de conta que nada de anormal tinha acontecido quando foram surpreendidos com o resultado que levou Geraldo Alckmin, considerado derrotado, ao segundo turno”.

– Afinal, é prática de toda eleição. Mas não tiveram sequer o trabalho de pedir desculpas ao povo brasileiro pelo erro cometido. Agora, continua a mesma coisa no segundo turno. Lá vêm novamente as pesquisas – protestou o representante de Sergipe.

Para o senador, os erros cometidos sinalizam que “as pesquisas não estão a serviço da democracia”. No seu entendimento, elas podem ser usadas, por exemplo, para disseminar um certo medo nos eleitores de que o candidato de oposição vá cortar benefícios concedidos pelo governo à população.

– Dizem que Alckmin vai provocar recessão, perseguir funcionários públicos e extinguir programas sociais, para amedrontar – disse Almeida Lima, ressaltando que Geraldo Alckmin é “a cara da estabilidade, da honestidade, da honradez e do desenvolvimento, ao contrário do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

O parlamentar disse ainda que notou um certo constrangimento entre jornalistas e âncoras de televisão nos noticiários dos últimos dias, quando estes têm que se referir a resultados de pesquisas eleitorais.

Arthur Virgílio aponta “terrorismo” eleitoral de petistas

Depois de ressaltar que a credibilidade do Instituto Datafolha não deve ser discutida, Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que, se o resultado da pesquisa divulgada na quarta-feira pelo instituto estiver correto, alguns fatores justificariam o crescimento da diferença favorável ao presidente Lula. Entre eles, o fato de o presidente da República ser mais conhecido e ter maior presença na mídia e, sobretudo, o “terrorismo” praticado por petistas ao divulgar notícias falsas a respeito de um futuro governo Geraldo Alckmin.

Segundo Virgílio, funcionários da Caixa e do Banco do Brasil receberam correspondência comunicando que o plano de governo do PSDB e do PFL prevê o desmonte da Caixa e a venda de ações do Banco do Brasil. Outros boatos

estão sendo espalhados contra o candidato Geraldo Alckmin, como o de que ele acabaria com a Zona Franca de Manaus e também com o programa Bolsa Família.

– O texto apócrifo é ridículo e, a meu ver, merece que a coligação tome providências a respeito dele. Esse texto mostra como nossos adversários estão trabalhando e até menoscabando a inteligência de economistas, petroleiros, bancários do Banco do Brasil e funcionários dos Correios. A Justiça Eleitoral deve investigar para impedir que tentem turvar o resultado da eleição – sustentou.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) disse que Lula incentiva a divulgação de boatos quando insinua o que o adversário vai fazer em seu governo. Ele pediu ao TSE que coíba a onda de boatos, que chamou de jogo sujo.



Virgílio: Justiça Eleitoral deve investigar onda de boatos contra Geraldo Alckmin

Senador não tem dúvida da relação de Berzoini com a compra de dossiê

Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio comentou em Plenário a matéria de capa da edição de quarta-feira do jornal *Correio Braziliense* – “CPI: Berzoini mandou comprar o dossiê”. O senador afirmou não ter mais dúvidas do envolvimento do presidente licenciado do PT, Ricardo Berzoini, na negociação “desse desastrado dossiê orquestrado contra os candidatos José Serra e Geraldo Alckmin”.

Arthur Virgílio leu a maior parte da reportagem, que acusa Berzoini de ter autorizado Jorge

Lorenzetti, então chefe do núcleo de inteligência da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, a negociar com Luiz Antônio Vedoin, apontado como chefe da máfia das ambulâncias, a compra do dossiê. Em 15 de setembro último, a Polícia Federal (PF) prendeu Valdebran Padilha e Gedimar Passos (ligados ao PT) com cerca de R\$ 1,7 milhão em notas de dólares e reais que seriam usados na compra.

A matéria traz um cronograma dos passos de cada um dos envolvidos no esquema.



Segundo Tião Viana, “ninguém se alimenta de ataques a adversários”

Mão Santa, Heráclito Fortes e José Jorge fazem duras críticas à campanha de Lula e ao PT, enquanto Heloísa diz ter recebido “cartas vagabundas” de petistas



A revolta de Heloísa: “Sou uma mulher digna e uma mãe de família exemplar”

Heloísa Helena protesta contra fotomontagem ofensiva a ela

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) foi às lágrimas ao comentar em Plenário, na quarta-feira, a divulgação de uma fotomontagem pelo *site* Kibe Loco, simulando uma pose sua para a capa da revista *Playboy*. A indignação da parlamentar também alcançou o jornal *O Globo*, ao qual ameaçou processar pelo tratamento dado em matéria so-

bre “essa montagem horrorosa e desqualificada”.

– Isso é um escândalo. Há 20 anos sou vítima de perseguição implacável da imprensa. Eu sei o quanto de machismo e preconceito há nisso. Sou uma mulher digna e uma mãe de família exemplar – protestou.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Jorge (PFL-PE), Mão Santa

(PMDB-PI) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lamentaram o episódio e expressaram respeito e admiração por Heloísa Helena. Arthur Virgílio afirmou que, ao contrário do publicado pelo jornal, ele e os senadores tucanos Teotonio Vilela Filho (AL) e Antero Paes de Barros (MT) não teriam tratado o assunto em tom de brincadeira.

Virgílio também insinuou a participação de membros do PT no caso, levando Heloísa a revelar que tem recebido “cartas vagabundas” de petistas supostamente inconformados com sua recusa em apoiar Lula.

José Jorge, Mão Santa e Mesquita Júnior destacaram a coragem e a competência de Heloísa Helena.

José Jorge acusa campanha de Lula de “espalhar mentiras”

O senador José Jorge (PFL-PE) acusou os coordenadores da campanha de Lula à reeleição de “espalharem mentiras”, num ato que chamou de “terrorismo eleitoral”. Entre os boatos, estaria a suposta intenção de Geraldo Alckmin, concorrente de Lula na disputa, de privatizar as estatais Caixa Econômica Federal, Petrobras, Banco do Brasil e Correios, acabar com o Programa Bolsa Família e não conceder aumento aos servidores públicos nem reajuste aos aposentados.

– O país está sendo tomado por boatos mentirosos que buscam prejudicar a candidatura da oposição. Trata-se de um verdadeiro terrorismo eleitoral, de uma tentativa desesperada de criar uma atmosfera de medo para assustar a população menos esclarecida – acusou o parlamentar, candidato a vice-presidente da República na chapa de Alckmin.

José Jorge cobrou do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) providências para coibir essa prática. Na avaliação do parlamentar por Pernambuco, os adversários estariam usando de má-fé para confundir o eleitorado.

O senador contestou ainda de-



José Jorge: “Trata-se de terrorismo eleitoral, de tentativa de criar atmosfera de medo”

clarações da filósofa petista Marilena Chauí de que o candidato Alckmin pretenderia, inclusive, privatizar o ensino. Lembrou que a oposição no Congresso Nacional foi favorável ao Programa Universidade para Todos (Prouni), salientando que, se eleito, o ex-governador de São Paulo irá ampliar o programa.

Falta de explicações

José Jorge criticou ainda a mudança do depoimento do advogado Gedimar Passos, ex-integrante do comitê eleitoral do presidente Lula, na última terça-feira, ao isentar o ex-assessor da Presidência

Freud Godoy de participar da negociação da compra do dossiê contra o governador eleito de São Paulo, José Serra. O senador também reiterou a falta de explicações convincentes sobre a origem de R\$ 1,7 milhão utilizado para a compra do dossiê.

O parlamentar acusou ainda o governo federal de utilizar indevidamente os cartões de crédito corporativos para gastos cuja origem até hoje não teria sido comprovada por auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que investiga irregularidades ocorridas em 2004.

Heráclito: certeza da impunidade levou Berzoini a repetir erros

Ao comentar reportagem do jornal *Correio Braziliense*, Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou na quarta-feira que a participação do presidente do PT, Ricardo Berzoini, na tentativa de compra de dossiê contra políticos tucanos teria sido motivada pela sua certeza da impunidade.

Heráclito ressaltou, ao justificar sua afirmação, que nem mesmo o recente afastamento do deputado José Genoíno da presidência do PT, por envolvimento no episódio do mensalão, serviu de exemplo para guiar a conduta de Berzoini. Em sua avaliação, Berzoini seria culpado, no mínimo, por não ter escolhido as pessoas corretas para assessorá-lo na presidência do PT.

– Não faz muito tempo, um presidente do partido, um homem brilhante, foi afastado da presidência em um caso rumoroso. Então, escolhem a dedo o melhor quadro para substituí-lo. Berzoini assume, na primeira semana dita novas regras morais, cria um novo código de

ética partidário, critica os companheiros que tiveram desvio de comportamento e o tempo passa. Agora o mesmo Berzoini, que entrou para purificar, sanear e corrigir, está envolvido com outro esquema e outro dossiê de explicação difícil.

Ao criticar as elevadas despesas verificadas no uso do cartão corporativo da Presidência da República, Heráclito reclamou da tentativa do governo de manter em sigilo as faturas.



Heráclito cobra transparência no uso de cartões



Mão Santa diz que votou em Lula em 2002 porque foi enganado por discurso ético

Mão Santa afirma que “o PT é uma organização criminosa”

Após ler *e-mails* enviados por admiradores, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse, na quarta-feira, que o PT é uma organização criminosa e não um partido político. As mensagens lidas por ele comentavam o debate entre os candidatos à Presidência da República e os escândalos de corrupção do governo Lula.

– Eu sei o que é enfrentar essa

organização criminosa que é o PT, associado ao sistema financeiro. Nós estamos aqui para declarar guerra – é guerra mesmo – para acabar com a corrupção.

Mão Santa afirmou que votou em Lula na eleição de 2002 porque foi enganado pelo discurso de 20 anos do PT em defesa da ética e da honestidade.

– Vai chegar o dia em que o

homem vai sentir vergonha de ser honesto. Esse dia já chegou com o governo Lula, que ainda vai receber uma pensão de ex-presidente e vai poder viajar pelo mundo com a sua mulher e tomar umas – assinalou.

Mão Santa também se solidarizou com a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que foi alvo de montagem fotográfica feita pelo

site Kibe Loco. Ele a comparou a mulheres que marcaram a história da Humanidade e lembrou que foi graças à bravura delas que o país vive hoje um momento de reflexão democrática, com o segundo turno das eleições.

– A inveja e a mágoa corroem os corações e foram a inveja e a mágoa que fizeram isso contra a senadora Heloísa Helena.

Volter Campanaro/ABr



Tribunal se reúne para discutir as diferentes interpretações sobre a cláusula de barreira

TSE anuncia para os próximos dias decisão sobre pequenos partidos

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve se reunir para discutir interpretações da cláusula de barreira imposta pela Lei 9.096/95, que entrou em vigor depois do primeiro turno das eleições. A norma assegura o direito ao pleno funcionamento parlamentar apenas aos partidos com maior representatividade nas urnas. Por conta disso, o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, deverá anunciar nos próximos dias uma possível decisão sobre quais são os partidos que alcançaram esses limites mínimos.

A cláusula de barreira, também denominada cláusula de desempenho, buscou reduzir a quantidade de partidos políticos no país. Estabelece que, a partir das eleições deste ano, a legenda que não obtiver 5% dos votos válidos para a Câmara, em todo o país, com no mínimo 2% dos votos válidos em nove estados, perde uma série de direitos relativos ao funcionamento parlamentar, terá menos tempo no programa eleitoral obrigatório e o direito a participar do rateio de apenas 1% do Fundo Partidário.

Esse cenário seria resultado de uma interpretação literal da norma. Por esse entendimento, não seriam afetados PT, PMDB, PFL, PSDB, PP, PSB e PDT. O

Brasil disputou as eleições com 29 partidos registrados.

O TSE deverá decidir sobre outras duas interpretações da lei relacionadas à aplicação da cláusula de barreira. Uma delas considera que os partidos deverão atingir 5% dos votos válidos para deputado federal em nove estados e no mínimo 2% em cada um desses nove estados. Nesse caso, não teriam sido atingidos pela cláusula de barreira também PPS, PTB e PL.

Já a terceira interpretação, mais rígida e restritiva, obriga o partido a atingir 5% dos votos válidos no país, 5% em nove estados onde foi mais votado e o mínimo de 2% em nove estados. Essa possibilidade colocaria PDT, PPS, PTB e PL abaixo do limite de desempenho, igualando-os aos chamados partidos “nanicos”.

Fusão

Devido à polêmica, as agremiações ameaçadas de extinção estão negociando fusões para superar a cláusula de barreira. O presidente do TSE já afirmou que os partidos poderão escapar efetivando fusões ou incorporações.

O PTB, por exemplo, fundiu-se ao Partido dos Aposentados da Nação (PAN) e cumpriu a exigência. Outra legenda, o PPS, trabalha com a possível fusão com o Partido Verde (PV).

Correção

A matéria “Presidente da Comissão de Educação recebe visita de servidores do MEC”, publicada na edição de 6 de outubro do **Jornal do Senado**, contém algumas incorreções:

- 1) Os servidores são do Ministério da Cultura (MinC), e não do Ministério da Educação (MEC).
- 2) O nome correto da represen-

tante da Fundação Nacional de Arte (Funarte) é Júlia Guedes, e não Júlio Guedes, como foi publicado.

- 3) Os servidores esclarecem que solicitaram o apoio da Comissão de Educação para que o Ministério do Planejamento cumpra o acordo feito com eles no ano passado, depois de uma greve de cem dias.

Sugestão da data, apresentada por Zambiasi, foi aprovada por unanimidade pelos representantes dos países membros do bloco, em reunião realizada em Montevidéu

Parlamento do Mercosul será instalado em 14 de dezembro

O presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), confirmou na quarta-feira à Agência Senado que a instalação do Parlamento do Mercosul está prevista para o dia 14 de dezembro, em Brasília. A sugestão da data foi do próprio Zambiasi, aprovada por unanimidade pelos representantes dos países membros do bloco econômico, em reunião na terça-feira, em Montevidéu.

Zambiasi adiantou que a primeira questão que se debaterá na sessão de inauguração será a elaboração de um estatuto comum para as cooperativas dos países do bloco. Acatada pelos parlamentares, observou o senador, a proposta será incorporada à agenda dos temas a serem tratados pelo novo órgão.

– A instalação do Parlamento



Célio Azevedo

Para Zambiasi, o novo órgão contribuirá para a integração da América Latina

do Mercosul, austero e transparente, significa a verdadeira e definitiva integração da América Latina – resumiu Zambiasi, que ainda enalteceu a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), destinado a enfrentar as desigualdades sociais, econômicas e estruturais entre os países do bloco.

No entender do senador, o

fundo terá papel essencial no fortalecimento do Mercosul. Conforme Zambiasi, “o Focem representa uma iniciativa concreta, há muito tempo reclamada pelas economias menores do bloco – as do Uruguai e Paraguai – no sentido de diminuir as assimetrias entre os países membros”. A previsão é que o fundo receba uma média de US\$ 100 milhões anuais.

Mesquita Júnior destaca o fortalecimento do bloco

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) destacou em Plenário a instalação do Parlamento do Mercosul, prevista para 14 de dezembro, em Brasília, durante reunião dos presidentes dos países membros do bloco. Ele participou, como representante do Senado, de uma reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul realizada em Montevidéu, Uruguai. A comissão é presidida pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Durante o encontro, foi realizado seminário que discutiu o Parlamento do Mercosul como caixa de ressonância da sociedade latino-americana. Para Mes-



José Cruz

Mesquita Júnior: Parlamento do Mercosul será caixa de ressonância da sociedade

quita Júnior, o Mercosul, com a adesão de outros países, ganhará peso, o que o credenciará a tratar de “igual para igual” os demais blocos econômicos criados nas últimas décadas.

– Talvez num futuro não tão

distante tenhamos um bloco de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que será lembrado pelas futuras gerações como uma das obras mais importantes da América do Sul – afirmou o parlamentar.

Virgílio cobra liberação de documentos da nova Varig

Arthur Virgílio (PSDB-AM) quer explicações da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) sobre a suposta demora do órgão em liberar a documentação necessária para que a nova Varig possa atuar como concessionária de transporte aéreo. A intenção do

senador é apurar se a Anac está agindo “com dois pesos e duas medidas” em relação à empresa, observando que seus funcionários andam atônitos com a lentidão desse processo, o que estaria atrapalhando, inclusive, planos de investimento.

– Estarei de olho nisso, lembrando que a Anac deve explicações ao Senado – adiantou.

Heloísa Helena (PSOL-AL) apoiou o apelo de Virgílio, que também assinalou o “enorme peso afetivo e mercadológico” da Varig no setor de aviação civil.

Ministro diz que “não é possível condenar fábricas de eletrônicos e de semicondutores de todo o país a se mudarem para Manaus”, e declaração preocupa Virgílio

TV digital deve iniciar transmissões em dezembro de 2007

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, assinou, na terça-feira, portaria que estabelece “critérios, procedimentos e prazos” para a consignação (autorização temporária) dos canais da TV digital.

De acordo com o cronograma apresentado no documento, até 29 de dezembro de 2006 todas as especificações técnicas para instalação do sistema estarão concluídas. O início das transmissões está previsto para 31 de dezembro de 2007, e deverá ocorrer na região metropolitana de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2009, todas as capitais do país receberão o sinal; em 31 de dezembro de 2013, todos os municípios terão sido abrangidos pela rede; e, finalmente, em 29 de junho de 2016, o sistema analógico será desligado, segundo as previsões do Ministério das Comunicações.

A apresentação do requerimento de consignação pelas geradoras deverá obedecer ao seguinte cronograma:

Geradoras situadas nas capitais dos estados e no Distrito Federal:

a) até 29 de dezembro de 2006: São Paulo

b) após 29 de junho de 2007:

• Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador – até 30 de novembro de 2007

• Belém, Curitiba, Goiânia, Manaus, Porto Alegre e Recife – até 31 de março de 2008

• Campo Grande, Cuiabá, João Pessoa, Maceió, Natal, São Luís e Teresina – até 31 de julho de 2008

• Aracaju, Boa Vista, Florianópolis, Macapá, Palmas, Porto Velho, Rio Branco e Vitória – até 30 de novembro de 2008

As geradoras situadas nos demais municípios terão de 1º de outubro de 2007 a 31 de março de 2009 para solicitar sua consignação. As retransmissoras situadas nas capitais dos estados e no Distrito Federal, por sua vez,

deverão fazê-lo até 30 de abril de 2009; já as retransmissoras dos demais municípios terão até 30 de abril de 2011 para pedir sua autorização.

Apesar da rigidez do cronograma, Hélio Costa disse acreditar que a implantação será concluída num período mais curto, e ressaltou que, após junho de 2007, não serão postos obstáculos para que as outras cidades, à exceção de São Paulo, antecipem-se.

– Na medida em que São Paulo começar, vai haver interesse generalizado. Assim, se alguém quiser fazer antes, vamos dar toda a força. O que não podemos é permitir que alguma cidade fique para trás. Quem não respeitar os prazos está arriscando a perder até a concessão analógica – alertou Hélio Costa, que se disse bastante otimista.

Segundo o ministro, um aparelho de DVD, há cinco anos, custava US\$ 1 mil, e pouquíssimas pessoas podiam ter; hoje, custa R\$ 170, e quase toda a classe média tem.

– Além disso, as críticas que são feitas ao processo que estamos desenvolvendo não levam em consideração que, quando se implantou a TV em cores no Brasil, você tinha que comprar um outro aparelho. No caso da TV digital, basta adquirir um conversor, que vai custar em torno de R\$ 100. É muito mais simples – observou.

Canais públicos

Conforme Hélio Costa, além da rede comercial, haverá cerca de dez canais reservados para a rede pública. O ministro explicou que esse espaço será ocupado pelos canais do Executivo, Legislativo e Judiciário, e que existirá ainda o Canal da Cidadania, preenchido por programação dos municípios.

Os canais públicos, de acordo com o ministro, serão criados oficialmente por meio de portaria específica, que estaria em fase final de preparação.

Produção de equipamentos

Hélio Costa informou ainda que, na última semana, o Ministério das Comunicações encaminhou requerimento ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) propondo a desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre a importação de equipamentos estruturais sem similar nacional destinados à digitalização de emissoras de radiodifusão até 31 de dezembro de 2009.

– É uma proposta que estamos fazendo, apenas para antecipar. Quando tivermos o produto nacional, acabou. Neste momento, nós não temos vários dos equipamentos necessários, e, evidentemente, se não fizermos um es-

forço inicial, vai ser complicado implantar o sistema – justificou, acrescentando que não acredita que a medida prejudique os interesses da indústria nacional.

Costa também esclareceu que o ministério está fazendo uma avaliação, em nível nacional, para que nenhuma região do país fique prejudicada no que se refere à produção dos semicondutores, componente fundamental para o funcionamento do sistema digital.

Parlamentares do Amazonas defendem a produção desses equipamentos exclusivamente na Zona Franca de Manaus, já que a Lei de Informática garantiria ao pólo o monopólio na produção de “TVs e suas evoluções tecnológicas”.

– Todos sabem o que o Pólo Industrial de Manaus representa do ponto de vista regional e nacional, mas não podemos, neste momento, condenar as fábricas



Hélio Costa assinou portaria com critérios e prazos para a consignação dos canais

de semicondutores e de eletroeletrônicos espalhadas pelo Brasil inteiro a se fecharem ou mudarem para Manaus – ponderou.

O ministro afirmou que caberá à Casa Civil e ao presidente da República a palavra final quanto a esse assunto, e destacou que Rio Grande do Sul e Minas Gerais, por exemplo, têm estudos bastante avançados sobre a questão.

Virgílio: abrir a produção de componentes para todos os estados é fechá-la para o Amazonas

Arthur Virgílio (PSDB-AM) demonstrou preocupação com a suposta intenção do governo Luiz Inácio Lula da Silva de permitir que outros estados

possam produzir componentes para televisores digitais e para conversão de televisores analógicos em digitais. Na interpretação do senador,

os incentivos fiscais recebidos pelo Pólo Industrial de Manaus são merecidos pelo estado para compensar as dificuldades logísticas da região.

– Abrir para todos [os estados] significa fechar para o Amazonas, que ao longo de décadas tem sido o único produtor de televisões do Brasil, e deixaria

de produzir televisões, justamente as digitais. Além disso, ficaria com um pólo morto, um pólo em inanição, o pólo de TV analógica – afirmou.



Cristovam: escola deverá enviar dados de estudantes aos pais sem guarda dos filhos

Cristovam sugere alteração na Lei de Diretrizes e Bases

As instituições de ensino poderão ser obrigadas a enviar informações escolares aos pais e responsáveis que não tenham a guarda dos filhos estudantes. É o que determina o projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB (Lei 9.394/96), a fim de garantir o direito da criança e do adolescente de ter seu desempenho escolar conhecido pelo pai e pela mãe.

A proposta (PLS 218/06) acrescenta parágrafo à LDB, determinando que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de informar também ao pai, à mãe ou aos responsáveis não-conviventes sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

“A criança tem o direito natural de que seus pais acompanhem o seu desenvolvimento. Cabe ao Estado garantir que os pais, independentemente de ter a guarda, tenham acesso às informações escolares de seus filhos”, diz o senador. “Os pais separados poderão, respeitando as normas da escola, ter acesso à programação de eventos, projeto pedagógico, grade curricular, reuniões, festejos escolares e quaisquer outras realizações que digam respeito à vida estudantil dos filhos”, acrescenta.

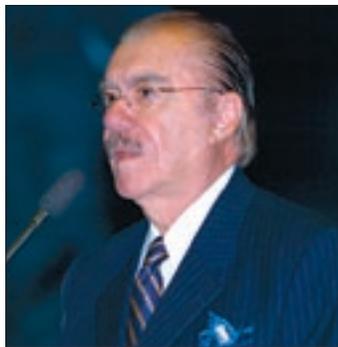
A proposta está pronta para entrar na pauta da Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão terminativa.

Número de irregularidades no uso de verbas transferidas pelo governo a entidades privadas preocupa Sarney, autor de proposta que aumenta rigor na investigação

TCU poderá fiscalizar entidade que receber dinheiro público

O senador José Sarney (PMDB-AP) apresentou projeto de lei para modificar a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (Lei 8.442/92) a fim de possibilitar o julgamento ordinário de contas de entidades particulares às quais forem transferidos recursos e bens públicos para a realização de projetos e atividades de interesse público. A possibilidade está prevista na Constituição desde 1998, após aprovação de emenda, mas a Lei Orgânica do TCU (LOTUCU) ainda não foi alterada.

A proposição de Sarney (PLS 243/06) altera a LOTUCU, que passa a prever a prestação de contas como regra nos casos de recebimento de bens e recursos públicos por particulares mediante convênios e outros instrumentos similares. Atualmente, as contas são analisadas pelo TCU somente após a detecção dos



Sarney quer alterar a Lei Orgânica do tribunal para pôr Constituição em prática

indícios de irregularidades pelo órgão de controle ou por equipe do tribunal em eventual auditoria. Se a proposta for aprovada, caberá ao tribunal definir a partir de qual valor transferido pelo governo será obrigatória a remessa do processo de prestação de contas à corte, para julgamento.

– O número de irregularidades no uso desses recursos é considerável. Em um país com

tantas restrições orçamentárias, é inadmissível que verbas públicas transferidas a entidades sem fins lucrativos sejam desperdiçadas ou desviadas – argumentou José Sarney na justificativa do projeto.

Com a modificação proposta pelo senador, caberá ao TCU julgar as contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária, bem como daqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.

O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Simon apresenta PEC que cria nova competência exclusiva do Congresso

Está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição (PEC 1/06) que inclui entre as competências exclusivas do Congresso Nacional a autorização para construção de barragens ou transposição de águas em rios que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham. A matéria, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), tem parecer favorável, na forma de substitutivo, do senador César Borges (PFL-BA).

O fato de esse assunto não estar entre as atribuições do Congresso resulta, na opinião de Simon, em um desequilíbrio institucional que precisa ser corrigido com urgência. O senador ressaltou que, seguindo o disposto na Constituição, o Executivo é livre para tomar decisões sobre tais obras e para colocá-las em execução.

Para Simon, o Legislativo deve participar da decisão sobre a construção de barragens ou transposição de águas naquelas hipóteses, já que uma das funções constitucionais do Congresso é a de zelar pelo equilíbrio federativo. O senador advertiu ainda



Para Simon, Legislativo deve participar da decisão sobre a construção de barragens

que a construção de barragens ou transposição de rios pode causar impacto ambiental ou alterar as condições de vida das populações ribeirinhas, além de interferir no aproveitamento do potencial de energia hidráulica dos estados nos quais se localiza o recurso hídrico ou dos países limítrofes.

CAE analisa mudança na tributação da gasolina de aviação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar na próxima semana projeto de lei que concede à gasolina de aviação a mesma alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre o querosene utilizado nessa atividade. Para o querosene de aviação, a alíquota da Cide-combustível instituída na lei que criou o tributo (Lei 10.336/01) é praticamente dez vezes menor do que o valor aplicado sobre a gasolina de aviação, taxada no mesmo padrão da gasolina para uso em automóveis.

A diferença de tratamento foi também mantida em normas que, em 2004, reduziram a zero a alíquota incidente sobre o querosene de aviação, como informa a relatora do projeto (PLC 67/05) na CAE, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que formulou parecer favorável à proposta.

A relatora frisa que o Ministério da Defesa, por meio de nota técnica, tomou posição a favor da matéria. O ministério sustenta que a aviação – agrícola e geral – é uma atividade de grande importância para o país. Na nota, informa Lúcia Vânia, a pasta da Defesa salienta que a gasolina de aviação produz grande impacto sobre o preço final dos serviços do setor, inclusive para o “desenvolvimento e a modernização da agricultura nacional”.

O projeto, do deputado Roberto Balestra (PP-GO), será analisado ainda pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e, depois, irá para o Plenário.

Na próxima reunião, deve ser analisado ainda projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que propõe que os administradores de instituições financeiras fiquem sujeitos às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor (PLS 355/05). Outro projeto em pauta é o que altera o plano de benefícios da Previdência Social para restabelecer direitos a aposentados (PLS 464/03), do senador Paulo Paim (PT-RS).



Existência de presídios se refletirá negativamente no turismo, diz Crivella

Crivella quer impedir construção de presídios em áreas de turismo

Para incentivar o turismo, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) apresentou projeto de lei impedindo a construção de presídios em cidades de reconhecida vocação turística. Pelo projeto 85/06, ficam ressaltadas da proibição as instalações cuja construção já tenha sido iniciada.

Em sua justificativa, Crivella argumenta que as belezas naturais e os eventos festivos que ocorrem durante todo o ano, nas mais diversas regiões do país, conferem ao Brasil fama internacional, atraindo milhares de turistas.

O senador alega também que,

para incrementar o turismo nos municípios com potencial de atrair visitantes, é preciso vedar a construção de presídios nessas cidades, uma vez que a simples existência de tais instalações sempre se refletirá negativamente no setor de turismo. Crivella afirmou que, confirmadas as ex-

pectativas, o turismo pode atingir o terceiro lugar entre os itens de exportação de 2006, ultrapassando a indústria automobilística.

O PLS tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, se aprovado, irá para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).